



# Revista **Pai Inácio** de Literatura e Arte



Universidade Estadual de Feira de Santana  
Campus Avançado da Chapada Diamantina

## Conto

### PARÁ BAHIA

© JOSÉ OTÁVIO MONTEIRO BADARÓ SANTOS

**J**amais pude imaginar que os anos dedicados à licenciatura em artes cênicas pudessem me levar ao palco de uma tragédia real, esperada, típica das rixas assassinas que massacram trabalhadores desterrados e camponeses, mas poupa grileiros e latifundiários nas profundas do Pará. A tragédia da terra. A tragédia do Brasil, numa região que desconhece a força da lei e que, mesmo no século onde tudo se vê, vive como nos tempos da velha república do país das desgraças sociais. Ali, dizem, grandes fortunas foram formadas sobre a grilagem de terras da união, numa enxurrada de registros em cartórios que se fossem verdadeiros o estado paraense precisaria ter quatro vezes o território que possui.

A minha condição de artista, de operário do teatro, que não fez outra coisa na vida a não ser atuar, pode não me dar o lugar de fala ideal quando a discussão envolve temas como reforma agrária, justiça social, direito e política. Mas essa mesma condição de artista me faz olhar para estes desastres sociais de meu país com os olhos marejados de quem sente, de quem também é ferido. Assim, posso estar na mesmíssima condição daqueles para quem o sofrimento é a única sina possível. A fome que ronda. A morte que espreita. O alívio do fim que não chega. Enquanto artista cênico, posso me tornar também esse tipo de brasileiro, esse típico nortista que cresceu sem casa e viu os pais serem assassinados em emboscadas.

Mas a emboscada de que quero falar aconteceu precisamente numa pequena cidade chamada de Pau D'arco, que tem pouco mais de cinco mil habitantes e fica num fim de mundo qualquer no sudeste do Pará. Como muitos outros municípios da região, nasceu sob o signo mortal do garimpo e a partir de um aglomerado de famílias desenganadas. Com o inevitável declínio da exploração do ouro, sobrou para os desvalidos paudarquenses trabalhar nas empresas de extração de madeira. Serrarias foram criadas, homens abonados cercaram suas fazendas, caiapós foram expulsos ou mortos e a mata atlântica deu lugar ao pasto. Em 1991, a pequena Pau D'arco ganhou emancipação e os cargos no executivo e legislativo viraram moedas de troca, garantindo o funcionamento de uma máquina tão lucrativa quanto danosa. Isso tudo ouvi de policiais, trabalhadores rurais e pequenos comerciantes no período de sete dias em que fiquei no município. Contou-me também um homem simples, que nem sequer assinava o próprio nome, e carregava nos olhos a dor de perder o pai e um irmão: Bento Sobrinho.

Sobre Bento falaremos adiante, porque receio ser mais urgente explicar como um ator, que até então só havia se apresentado em palcos de teatro, foi parar no cenário real de uma das mais lancinantes chacinas do estado: dez pessoas friamente executadas sem direito de defesa. O terror da fazenda Santa Bárbara fez com que, mais uma vez, o mundo olhasse para o Pará. O estado brasileiro onde uma missionária americana de 70 anos foi morta depois de levar seis tiros e o mesmo onde 19 trabalhadores sem-terra foram massacrados em Eldorado dos Carajás.

Estava no apartamento de Lorena, uma amiga de Belém, quando o celular apitou. A mensagem de um colega da Escola de Teatro compartilhava um anúncio para a seleção de 50 atores. Um e-mail com fotos deveria ser enviado para o contato de uma policial federal. Surpresa, claro, porque polícia e teatro não costuma ser uma boa combinação, mas a resposta do e-mail que enviei chegou, poucos minutos depois, com a notícia de que eu havia sido selecionado e ia fazer parte da reconstituição de um crime. Dali a dois dias me vi dentro de um ônibus fretado pela Polícia Federal, com dezenas



de outros atores, alguns que já conhecia, numa maçante viagem de quase quinze horas pelas piores estradas do país. Chegamos todos cansados e achando estranho aquela cidade de ruas sem asfalto e casas sem reboco. Os moradores, cheios de razão, nos olhavam com curiosidade e desconfiança. Fomos recebidos por uma policial federal e mais dois agentes. Eles organizaram os detalhes de hospedagem, deram as instruções em disciplina militar e, enfim, fomos alojados numa grande pensão perto da prefeitura. Tudo muito simples. Meu colega de quarto era um rapaz que fazia teatro de rua na Avenida Portugal, no bairro do Comércio.

Enquanto ele tomava banho, arrumei minhas roupas e li uma cartilha, entregue por um dos policiais, que falava sobre a “reprodução simulada de crime”, conhecida como reconstituição. Entre citações do código penal e parâmetros técnicos, o material explicava como funcionaria o nosso trabalho. A ação iria acontecer exatamente no mesmo horário em que ocorreu a chacina, com as mesmas armas utilizadas, com figurino semelhante ao das vítimas, com os mesmos veículos usados pelos policiais e se, tivéssemos sorte, com o tempo nas mesmas condições. A reconstituição teria a participação de dois policiais, que estavam presentes no dia do crime e aceitaram fazer o acordo de delação premiada, um deles era delegado da Polícia Civil de Pau D’arco. Os outros 11 agentes acusados da chacina haviam sido afastados da polícia e aguardavam julgamento em liberdade. Lembro que ao final da palestra, um dos oficiais fez questão de reforçar que estávamos fazendo parte da maior reprodução simulada de crime de toda a história da investigação policial no Brasil. Mas foi só no dia seguinte que eu descobri qual seria o meu papel na representação dessa grande tragédia brasileira.

Na véspera da reconstituição acordamos cedo, tomamos café e seguimos para uma reunião no quartel da Polícia Militar de Pau D’arco. Os mesmos agentes que nos receberam no dia anterior avisaram que eles seriam os nossos acompanhantes até o final do trabalho. Com uma planta baixa da fazenda, os policiais explicaram, em detalhes, como a operação aconteceria, quem seriam nossos personagens e como deveríamos agir. Um deles olhou pra mim de forma grave e revelou que eu seria o João Carlos Sobrinho, um dos agricultores assassinados. Na fotografia da vítima, que me foi entregue, vi outra vez a feiura dos fracos. Essa feiura dos que sofrem, desses homens permanentemente fatigados. Sujos de tristeza e desesperança. Assim era João Carlos. Na verdade, assim eram todos eles. Olhei novamente para a foto daquele agricultor e ele sorria sem jeito, desengonçado, com um boné vermelho enterrado na cabeça. Mas só a boca sorria, os olhos não. Os olhos eram da tristeza toda dele. Tristeza, portanto, que agora também me pertencia.

Das mãos do mesmo policial recebi também o perfil daquele personagem. Nasceu em Pau D’arco, de lá nunca saiu. Filho de pai desconhecido, oito irmãos. Nunca frequentou a escola. O trabalho começou aos onze, desde então nunca parou. Conhecia bem o cabo da enxada, a lida na roça e acabou se juntando com outra agricultora. Nunca tiveram casa, viviam em acampamentos no mato. Tiveram quatro filhos, um deles era o Bento Sobrinho, aquele que mencionei acima. Seu João Carlos, a mulher e os filhos se juntaram a outras famílias sem terra com o sonho de possuir um pedaço de chão para plantar e viver. Nessa terra de angústia, da Fazenda Santa Bárbara, dois encontraram a morte e os outros continuaram a viver sem vida.

Abaixei a cabeça depois de ler as curtas linhas da biografia de seu João Carlos. Estava tudo ali o que eu precisava saber para interpretá-lo. Nenhum autor poderia imaginar tamanha desgraça para um personagem. Difícil criar tanta miséria para um homem só. E o mais espantoso de tudo, o que mais me angustiou naquele instante, de tamanha agonia que jamais experimentei, mas ao mesmo tempo num pensamento carregado de inocência, foi perceber que ali estava, diante de mim, um brasileiro como tantos outros. Como milhares de outros, em outros parás, em outras pau d’arcos. Um brasileiro que, por pouco, também não fui. Perante João, Creonte, Jasão, Orestes, Lear, Macbeth, todos eles, clássicos e densos, naquele momento se apequenaram. João se fez gigante, porque João era da minha aldeia, do meu povo. João era um pouco de mim. Um pouco de mim com um tiro na cabeça. Um pouco de mim já sem vida. Um pouco de mim que deixou um filho e perdeu outro. Já não escutava mais o que a policial federal dizia. A única coisa que queria naquele momento era conhecer Bento Sobrinho, o sobrevivente do massacre. Sobrinho que agora era meu filho. Assim, já me sentia um pouco responsável por ele, mesmo sabendo que dias depois morreria com uma bala na cabeça. Sobrinho perderia o pai duas vezes.

Conheci meu filho Bento Sobrinho no dia seguinte. Ele estava numa sala pequena, sem ventilação, nos fundos de uma escola pública que estava sendo usada, provisoriamente, pela Polícia Federal. Sobrinho estava de cabeça baixa, sentado numa carteira escolar, e me olhou quando atravessei a porta. Os olhos vermelhos, caídos de cansaço, a pele castigada pelo sol e o cabelo claro, crespo e encaracolado lembravam muito seu João. Me apresentei e disse a ele que a partir dali eu seria seu próprio pai. Sobrinho apertou minha mão com força, estava emocionado. Tudo ainda era muito recente. Chegamos em Pau D’arco apenas dois meses depois que o crime aconteceu. Havia ainda uma atmosfera de tensão, como se a qualquer momento, em algum lugar, outro assassinato pudesse acontecer. O medo estava nas ruas vazias, nas janelas e portas trancadas das casas, dos comércios fechados. Estava entre o vai e vem de policiais, nas viaturas que faziam subir um barro vermelho quando passavam em alta velocidade, e no silêncio da hora do almoço. O mesmo medo estava no rosto de Sobrinho. E com toda razão: dias antes de desembarcarmos em Pau D’arco, um outro trabalhador rural foi morto a tiros no município de Rio Maria, bem próximo dali. O homem fazia parte do mesmo grupo de sem-terra vitimado na chacina.

Nasci e cresci aqui nessas terras, meu sinhô. Meu pai era homem de bem, trabalhador, acordava cedo, vivia nas plantações. Sujeito sem ambição, queria era dá de comer pra mulher, pros filhos. Não tinha inimigos. Nascido aqui também nas redondezas da Santa Bárbara, tudo aqui, os irmãos, os tios, os primos. Todo mundo dessa terra, filhos e netos do garimpo. Depois não deu, vieram as plantações, foram trabalhar nas lavouras. Tudo assim desse jeito. Meu pai não queria os hectares não, queria era dividir os lotes pequenos pra cada família. É um povo que não tem pra onde ir, nem o que comer. Ele se preocupava com essa gente. Agora tá tudo assim, todo mundo expulso, sem lugar. E a lei não tá a nosso favor, é somente lei para os fazendeiros, vereadores, deputados, que também são donos de terra, de gado, de soja, de tudo. Eles querem tudo. Um bocado ali, acolá, sempre mais. Tem os carros, as casas, vão pra Belém, voltam. Cheios de máquina, segurança armado e almoço com o delegado da cidade nos fins de semana. Não tem muito o que dizer não, meu sinhô. A vida é essa mesmo aí que o sinhô tá vendo.

Acho que Sobrinho já havia chorado muito nos últimos dias, porque os olhos estavam secos. Secos e bem avermelhados. Não tive reação. Desviei meu olhar e abaixei a cabeça. Não sei porque, mas estava envergonhado. Ouvir tudo aquilo que aquelas famílias passaram, saber que, inevitavelmente, por muito ainda passarão, me enchia de um constrangimento agudo. Ali, bem na minha frente, estava o fracasso de um homem, de uma família. O fracasso de uma sociedade inteira. A derrota de uma gente que muitos atribuem a uma herança maldita, dos tempos pregressos, tão distantes, na densa fumaça do passado, que nem conseguimos enxergar direito suas origens. Apenas aceitamos a explicação que nos foi imposta, porque é bem provável que seja assim mesmo. Aprendemos a aceitar as derrotas do dia-a-dia porque todas elas, inevitavelmente, são verdadeiramente nossas. Fazem parte de nossa formação, de nosso caráter. Então, para que ir de encontro com o que nos é essencial? Se somos, assim, descendentes de uma cadeia de pequenas e grandes tragédias sociais, o que nos resta é a resignação eterna. Porque, a partir dessa lógica, qualquer revolução é inútil, está fadada ao fracasso. Seu João Carlos, pai de Sobrinho, fracassou. Pagou com a vida por sua insubordinação.

Só voltei a ver Sobrinho no dia seguinte. Naquela manhã da reconstituição me senti numa operação de guerra. Centenas de policiais, entre civis, militares e federais, dezenas de viaturas, vans e ônibus, funcionários públicos, atores, todos envolvidos naquela grande encenação para ajudar a compreender o que, realmente, aconteceu naquele 24 de maio de 2017. Um dia que também não terminou muito bem na capital do país, fez lembrar um dos líderes dos trabalhadores sem-terra que acompanhava a operação. Dezenas de pessoas ficaram feridas e quase 50 foram presas durante protestos contra o governo federal em Brasília, enquanto os irmãos e companheiros daqui eram massacrados pela mesma polícia, pelo mesmo estado, incitou o rapaz. A provocação do agricultor gerou desconforto suficiente para que oficiais da PM pedissem a retirada dele da simulação. O clima ficou mais calmo e a reconstituição teve início.

Eu e outros dez atores entramos no matagal. Ainda no início da trilha, escutamos os disparos de armas de fogo vindos do local onde ficava a sede da fazenda Santa Bárbara. Muitos tiros. Seguimos pela trilha, de mata fechada, e avistamos um abrigo improvisado, uma lona preta amarrada em pedaços de pau fincados no chão. Ficamos por ali porque havia começado a chover. O som dos tiros agora parecia mais distante, por isso decidimos permanecer no abrigo até a chuva passar. Um silêncio absoluto. Trinta ou quarenta minutos se passaram. Nenhum sinal dos policiais. Achamos estranho não terem chegado para dar continuidade à representação e ao desfecho da chacina. Esperamos um pouco mais, em silêncio. Não sei porque, mas estávamos tensos pela iminência de um ataque. Não escutamos qualquer barulho que indicasse uma aproximação dos agentes, nenhum sinal. Nada. A essa altura a chuva havia diminuído e o sol saía detrás de uma nuvem, apontando os raios bem em nossa direção. Um sol que despontava para dar início a mais um dia naquele fim de mundo.

O cheio da terra molhada me invadiu completamente, à medida que os raios fortes ofuscavam minha vista. Aos poucos os olhos foram se acostumando com a claridade intensa e pude enxergar, na direção da trilha, a chegada de dezenas de homens encapuzados e fortemente armados. Eles caminhavam apressados e só esperaram chegar a uma distância razoável de nós para começar a sequência interminável de disparos de pistolas, revólveres e metralhadoras. Não tivemos reação, porque também não nos deram armas para defesa. Alguns tentaram correr e foram atingidos, outros conseguiram fugir por detrás da barraca improvisada, se embrenhando no matagal. Teve quem nem conseguiu se mover e acabou executado friamente. Foi o que aconteceu comigo. Primeiro fui atingido com um tiro na barriga, que me fez tombar desequilibrado no chão. Caído, gritei e implorei pela vida. Um policial de capuz preto se aproximou de mim, abaixou a cabeça e nesse momento vi seus olhos negros pelo furo do pano que cobria seu rosto.

Não eram olhos de raiva ou vingança. Eram olhos de gente, eu vi que ele era gente. Como eu, como Sobrinho e como o pai de Sobrinho. Mas vi além. Os olhos dele me observavam com uma forte e misteriosa intensidade dramática de arrependimento e remorso. Naquele instante, ficou claro para mim que foi ele quem havia dado o último disparo na cabeça de seu João Carlos. E foi ele, mais uma vez, quem atirou contra minha cabeça. O estampido foi tão alto que perdi a audição e fui perdendo, aos poucos, os outros sentidos. A vista ficou escura. O cheiro da terra molhada foi desaparecendo aos poucos. Até o desaparecer completo de mim e dessa terra.